



ARTIGOS
TÉCNICOS

César Roberto Leite da Silva
Maria Auxiliadora de Carvalho

O Brasil apresenta o trágico paradoxo de possuir uma das mais extensas áreas agricultáveis do mundo e níveis nutricionais bastante reduzidos para a maior parte de sua população. Essa questão passa por uma série de problemas, que vão das enormes desigualdades regionais à concentração de renda, que impossibilitam o acesso de um contingente considerável de pessoas a uma alimentação adequada às suas exigências orgânicas. Um desses problemas é o fraco desempenho da agricultura brasileira no que diz respeito à produção de alimentos, sendo objetivo deste artigo evidenciar a evolução da disponibilidade de alimentos no Brasil, durante o período 1970-80. Para tal, utilizou-se o método da taxa líquida de crescimento da produção que é a taxa de crescimento do volume físico de alimentos produzidos quando se desconta a taxa de crescimento da população. Em outras palavras, esse método permite avaliar de que forma evoluiu a taxa de disponibilidade per capita de alimentos num determinado período. Entretanto, como determinados produtos tiveram uma participação significativa no comércio internacional brasileiro no período estudado, optou-se por calcular também a taxa líquida do crescimento da disponibilidade interna desses produtos, que considera as quantidades físicas desses produtos que foram importadas ou exportadas, no período.

Assim, foram escolhidos 11 produtos (quadro 1), a partir de dois critérios, quais sejam, a importância no fornecimento de calorias e proteínas, e a elevada participação no dispêndio total com alimentação das famílias. Para este último critério utilizaram-se dados do Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF), da Fundação IBGE, relativos a 1974/75, onde se constata que os produtos selecionados representam 49,6% dos gastos com alimentação das famílias do Nordeste, 46,1% dos gastos das famílias da Região Sul, 41,9% dos gastos das do Rio de Janeiro e 47,1% dos gastos das de São Paulo.

Para a maioria dos produtos foi possível determinar as taxas líquidas de crescimento no período 1970-80. Entretanto, por falta de informações, alguns produtos tiveram que ser analisados no período 1970-79, como ovos, e outros no período 1975-80, como carne suína, de aves e carne bovina.

(1) Os autores agradecem os comentários e sugestões de Alceu de Arruda Veiga Filho, Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva e Antonio Augusto Botelho Junqueira.

Os resultados mostraram que alguns produtos predominantemente energéticos, como a batata, o feijão e a mandioca, que não são tradicionalmente comercializados pelo Brasil, apresentaram redução em sua disponibilidade, com taxas líquidas ⁽²⁾ que variam de -4,13%, no caso da batata, a - 37,67% no da mandioca, sem dúvida a maior redução verificada entre os produtos estudados (quadro 1). O trigo, um produto importado pelo Brasil durante o período analisado, apresentou taxa líquida positiva, sem considerar as importações, de 14,65%, e com comércio, de 30,77%. Se se considerar que em 1970 o Brasil importava 58,70% do trigo consumido, e em 1980 importou 63,77%, duas observações podem ser feitas; a primeira refere-se ao fato de que o aumento na disponibilidade de trigo no mercado interno deveu-se mais ao incremento nas importações que ao crescimento da produção; e a segunda observação é que os estímulos e subsídios concedidos ao produto aumentaram a produção interna, mas também elevaram mais que proporcionalmente o consumo.

QUADRO 1. - Taxas Líquidas de Crescimento de Alguns Produtos Agrícolas no Brasil na Década de 70

Produto	Período	Taxa líquida ⁽¹⁾ (%)	Taxa líquida ⁽²⁾ (%)
Arroz	1970-80	1,30	2,63
Batata	1970-80	- 4,13	-
Feijão	1970-80	-30,66	-
Mandioca	1970-80	-37,67	-
Milho	1970-80	12,16	25,13
Trigo	1970-80	14,65	30,77
Carne bovina	1975-80	3,00	3,03
Leite	1970-80	22,56	-
Carne suína	1975-80	26,43	-
Carne de aves	1975-80	117,10	102,67
Ovos	1970-79	16,45	-

⁽¹⁾ Sem considerar exportações ou importações.

⁽²⁾ Considerando exportações e importações.

Fonte: Cálculos realizados pelos autores a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil, Fundação IBGE, e Relatórios da CACEX, Banco do Brasil.

⁽²⁾ Calculadas a partir de dados de diversos anos publicados no Anuário Estatístico do Brasil, da Fundação IBGE, e dos Relatórios da Cacex, do Banco do Brasil.

No que diz respeito aos produtos altamente protéicos, o comportamento foi distinto, pois todos apresentaram taxas líquidas positivas razoáveis, com exceção da carne bovina, com apenas 3,00% sem comércio exterior e 3,03% considerando as exportações desse produto. Parte da responsabilidade pelo fraco desempenho da carne bovina cabe ao fato de que a produção obedece a um padrão cíclico de produção e preços, com duração aproximada de sete anos.

Dentre os protéicos, o crescimento das carnes de aves é notável, pois sua disponibilidade mais que duplicou no período, 1975-80, apresentando uma taxa líquida de crescimento de 117,10%, sem comércio exterior. Dois fatores podem ser apontados como responsáveis por esse desempenho. Em primeiro lugar, o aumento significativo nas exportações de carnes de aves, que passou de 3.469t em 1975, para 68.713t em 1980, tornando-se o mercado externo um importante elemento dinamizador para a atividade; observe-se que, mesmo descontando as exportações, o crescimento da disponibilidade desse produto foi grande: 102,67% no período. Em segundo lugar, a difusão de métodos modernos e em larga escala de produção, que reduzindo o custo unitário do produto, e tornou-o uma atraente opção para o consumidor substituir as proteínas da carne bovina.

A expansão da avicultura explica boa parte da elevada taxa de crescimento do milho, 12,16% sem comércio externo, e 25,13% descontando-se as exportações, em dez anos, pois se trata do principal insumo na criação de aves. Esse fato justifica o comentário de que as taxas líquidas mencionadas acima estão superestimadas, pois mesmo que se argumente que o milho esteja sendo consumido indiretamente nas aves, parte dele está sendo exportado junto com este produto. A importância que o milho adquiriu como ração na criação de porcos (com taxa líquida de 26,43% no período 1975-80) reforça esse comentário.

Os resultados acima expostos levam a algumas considerações, como a que se refere à mudança qualitativa que foi observada na produção de alimentos no Brasil na última década, quando os alimentos energéticos tiveram uma sensível redução, enquanto os protéicos cresceram consideravelmente. Este fato que, a princípio, parece positivo, pois indicaria melhora no padrão de alimentação da população brasileira, na verdade sugere a discriminação que as famílias de baixa renda sofreram durante o período, pois os produtos que são essenciais em sua dieta diária e representam uma parcela ponderável nos seus gastos com alimentação, como o arroz, o feijão e a mandioca, com exceção do primeiro, que teve um aumento medíocre de 1,30%, sem comércio exterior e 2,63% com este comércio, tiveram sua produção reduzida, como apontado anteriormente. Neste sentido, a observação de Homem de Melo ⁽³⁾ é reveladora, ao comentar que os gastos com alimentação das classes de renda mais baixa aumentaram mais do que os gastos das classes de renda mais alta.

⁽³⁾ Homem de Melo, Fernando B. Disponibilidade de alimentos no Brasil e impactos distributivos. São Paulo, IPE/USP, 1982. 27p. (Trabalho para discussão nº 44).